

Termo de Uso de Software e Site

1. Introdução

Bem-vindo aos sistemas do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM. Este Termo de Uso estabelece as condições para a utilização dos nossos softwares e site, de acordo com a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como o Decreto nº 14.987, de 16 de abril de 2021 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709/18 no âmbito da Administração Municipal de Fortaleza. Ao acessar e utilizar nossos sistemas, você concorda em cumprir e estar legalmente vinculado a estes termos.

2. Definições

2.1. Usuário

Qualquer pessoa física ou jurídica autorizada a utilizar os sistemas internos e corporativos do IPM.

2.2. Sistemas

Plataformas, aplicativos, sites e quaisquer ferramentas digitais oferecidas pelo IPM para uso interno e corporativo.

2.3. Dados Pessoais

Informações relacionadas a uma pessoa física identificada ou identificável.

2.4. Agente público

Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

2.5. Agentes de Estado

Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.

2.6. Códigos maliciosos

Qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.

2.7. Terceiro

Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.

2.8. Internet

Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.

3. Acesso e Utilização dos Sistemas

3.1. Credenciamento

Para acessar os sistemas, o usuário deve ser previamente credenciado pelo IPM, mediante fornecimento de dados pessoais e/ou empresariais, conforme exigido.

3.2. Responsabilidades do Usuário

O usuário é responsável por manter a confidencialidade de suas credenciais de acesso e por todas as atividades realizadas sob sua conta.

3.3. Proibições do Usuário

É proibido:

- Utilizar os sistemas para fins ilícitos ou não autorizados.
- Transmitir qualquer conteúdo que seja ilegal, ofensivo, difamatório ou que viole direitos de terceiros.
- Tentar interferir na operação dos sistemas, incluindo, mas não se limitando a, transmitir vírus ou outros códigos maliciosos.

3.4. Segurança

O usuário deve informar imediatamente ao IPM qualquer uso não autorizado de sua conta ou qualquer outra violação de segurança.

3.5. Responsabilidades da Administração Pública

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

3.6. Responsabilidades do Agente Público

É de responsabilidade do Agente Público autorizado emitir e validar os dados pessoais do Usuário e verificar a autenticidade e veracidade das informações fornecidas, quando houver atendimento presencial.

4. Coleta e Uso de Dados

4.1. Coleta de Dados

Os sistemas do IPM podem coletar dados pessoais necessários para o fornecimento dos serviços, conforme descrito na nossa Política de Privacidade.

4.2. Uso dos Dados

Os dados coletados serão utilizados para:

- Gerenciamento e operação dos sistemas.
- Melhorar a experiência do usuário.
- Cumprir obrigações legais e regulatórias.

4.3. Compartilhamento de Dados

Os dados pessoais podem ser compartilhados com terceiros apenas conforme necessário para fornecer os serviços ou conforme exigido por lei.

5. Propriedade Intelectual

5.1. Direitos Autorais

Todo o conteúdo disponível nos sistemas, incluindo, mas não se limitando a, textos, gráficos, logotipos e software, é de propriedade do IPM e protegido pelas leis de direitos autorais.

5.2. Licença de Uso

O IPM concede ao usuário uma licença limitada, não exclusiva e não transferível para acessar e utilizar os sistemas conforme estes Termos de Uso.

5.3. Uso Indevido

Qualquer uso indevido dos sistemas que viole os direitos de propriedade intelectual do IPM será considerado uma violação destes Termos de Uso e poderá resultar em suspensão ou término do acesso aos sistemas, além das medidas legais cabíveis.

6. Limitação de Responsabilidade

6.1. Disponibilidade dos Sistemas

O IPM envidará esforços para garantir a disponibilidade e funcionalidade contínua dos sistemas, mas não se responsabiliza por interrupções ou indisponibilidades temporárias.

6.2. Exclusão de Garantias

Os sistemas são fornecidos "como estão", sem garantias de qualquer tipo, expressas ou implícitas.

6.3. Danos e Prejuízos

O IPM não será responsável por quaisquer danos diretos, indiretos, incidentais, especiais ou consequentes resultantes do uso ou da incapacidade de usar os sistemas.

7. Arcabouço Legal

1. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet;
2. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação;
3. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública;
4. Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016 - Decreto de Governança Digital;
5. Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 - Decreto da Plataforma da Cidadania Digital;
6. Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019 - Decreto da Governança no Compartilhamento de Dados;
7. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
8. Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR);
9. Decreto nº 14.987, de 16 de abril de 2021 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709 / 18 no âmbito da Administração Municipal de Fortaleza.

8. Modificações dos Termos de Uso

O IPM se reserva o direito de modificar estes Termos de Uso a qualquer momento. As alterações serão notificadas aos usuários através dos sistemas ou por outros meios apropriados. O uso continuado dos sistemas após a alteração constitui aceitação dos novos termos.

9. Legislação Aplicável e Foro

Estes Termos de Uso são regidos pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Termo de Uso, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. Contato

Para qualquer dúvida ou solicitação relacionada a estes Termos de Uso, entre em contato com o IPM através dos canais de atendimento disponibilizados no nosso site oficial.

Este documento foi elaborado para assegurar uma utilização segura e eficiente dos sistemas internos e corporativos do Instituto de Previdência do Município de Fortaleza, garantindo a proteção dos dados dos usuários e o cumprimento das normas legais aplicáveis.